

FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 6 a 10 de novembro, em Brasília.

REFORMA TRIBUTÁRIA & META FISCAL

Reforma Tributária é a principal pauta da semana. A previsão é de que o parecer do relator, senador Eduardo Braga (MDB/AM), seja votado nesta terça-feira (7) na Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJ) do Senado e, até o fim da semana, no Plenário da Casa. Como haverá mudanças no texto, a proposta retornará à Câmara, que decidirá sobre as alterações propostas pelo Senado. A expectativa do governo é promulgar a Reforma ainda em 2023, o que torna mais apertado o prazo para se buscar o consenso entre as duas Casas. O Presidente Lula convocou para a noite de hoje (06) uma reunião com os líderes partidários da base aliada do Senado para discutir o assunto.

Em outra frente, Lula reúne ministros da área de infraestrutura em meio às discussões sobre o déficit de 2024. O encontro ocorreu na última sexta-feira (3) e envolveu as posições divergentes do Ministério da Fazenda, que defende zerar o déficit público, e a ala política do governo, especialmente o ministro Rui Costa, da Casa Civil, favorável a uma meta mais flexível para evitar cortes em ano de eleições municipais. Ao fim do encontro, Lula defendeu maior eficiência nos gastos e solicitou prioridade às obras já em execução, especialmente aquelas vinculadas ao Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

A perspectiva de não conseguir zerar o déficit tem crescido no Palácio do Planalto. Caso essa posição se confirme, as alterações na meta fiscal deverão ser inseridas no Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), cujo parecer está previsto para ser apresentado nesta semana pelo deputado Danilo Forte (UNIÃO/CE). Apesar disso, os presidentes da Câmara e do Senado, Arthur Lira (PP/AL) e Rodrigo Pacheco (PSD/MG), sinalizaram a defesa da manutenção do déficit zero em 2024.

Além das disputas políticas, a redução do déficit exige também aumento da arrecadação. O governo conta com o incremento de receitas decorrente de uma série de medidas, tais como a tributação de offshores e fundos exclusivos – *aguardando apreciação do Senado* – e a regulamentação de crédito fiscal de subvenção para investimento. Esse último tema foi enviado à apreciação do Congresso no fim de agosto, mas não houve acordo entre as lideranças parlamentares, o que ensejou sua reapresentação como projeto de lei. Segundo a equipe econômica do Executivo, a aprovação dessa matéria poderia representar R\$ 35,3 bilhões a mais de receitas em 2024. Nesse cenário, mesmo se mantido o déficit zero como meta fiscal a ser perseguida no próximo ano, o governo precisará intensificar a articulação para aprovação de tais projetos e ter a segurança de que a arrecadação estimada com eles irá se concretizar.

Destaque da Semana

Terça

- Expectativa de **votação do relatório da reforma tributária** na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal.
- Previsão de **apreciação do relatório preliminar da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)** na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Quarta

- Possível **votação da reforma tributária** no Plenário do Senado Federal.
- O presidente **Lula (PT)** deverá **receber integrantes do Conselho Político da Coalizão**, que congrega parlamentares da base do governo.

Poder Executivo

Presidência da República

Agenda do presidente – **Luiz Inácio Lula da Silva** participou, nesta segunda (6), de reunião com o ministro **Camilo Santana** (Educação) e, depois, com o ministro **Mauro Vieira** (Relações Exteriores). Mais tarde, compareceu à reunião com o CEO Global da *Nissan Motor Corporation*, **Makoto Uchida**, e, logo após, com o presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), **Jorge Viana**. Reuniu-se também com a ministra **Simone Tebet** (Planejamento e Orçamento). Na terça (7), deve participar ainda da abertura da 6ª edição do *Brasil Invest Forum*, no Palácio Itamaraty. No dia seguinte, quarta (8), será realizada a 2ª Rodada de Conversas com líderes partidários, dessa vez do Senado. Na quinta (9), irá à Confederação Nacional da Indústria (CNI) e tem um encontro com o governador do Ceará, **Elmano de Freitas** (PT).

Vice-Presidência da República

Agenda do vice-presidente – **Geraldo Alckmin** participou, nesta segunda (6), de reunião com o representante do PNUD no Brasil, **Claudio Providas**. Esteve também em reunião com o presidente **Lula** (PT) e o CEO da *Nissan Motor Corporation*. Mais tarde, compareceu à sessão empresarial de diálogo comercial Brasil-Estados Unidos.

Casa Civil

Agenda do ministro – **Rui Costa** participou, nesta segunda (6), da cerimônia de lançamento do Novo PAC no Maranhão, na cidade de São Luís.

AGU Advocacia-Geral da União

Agenda internacional

- ✓ Paris (França) – Assembleia Anual da Parceria Internacional para a Informação e a Democracia; e
- ✓ Paris (França) – Conferência-Geral da Unesco e Conferência de Alto Nível, promovida pela OCDE, para “Combater a desinformação: reforçar a democracia através da integridade da informação”.

MCTI

Ministério da Ciência,
Tecnologia e Inovações

Agenda internacional

- ✓ Montevideu (Uruguai) – “*Training course on 'productos y aplicaciones de satélites meteorológicos en latitudes medias (fase práctica)*”;
- ✓ Assunção (Paraguai) – SIM WEEK 2023;
- ✓ Montevideu (Uruguai) – Seminário de Ciência, Inovação e Tecnologia para o Desenvolvimento do Parque Tecnológico e Industrial Cerro;
- ✓ Panamá (Panamá) – Avaliação na América Latina e Caribe para melhorar as políticas públicas e os resultados do desenvolvimento (EVALAC 2023);
- ✓ Santiago (Chile) – “*Green Hydrogen Technology for System Transformation in Energy and Water-Food-Energy Nexus Sectors*”;
- ✓ Santiago (Chile) – “*Hydroprocess 2023*”; e
- ✓ La Serena (Chile) – Reunião do Comitê Consultivo de Ciência e Tecnologia do Observatório Gemini.

MCom

Ministério das Comunicações

Agenda do ministro – **Juscelino Filho** compareceu, nesta segunda (6), ao lançamento do Novo PAC em São Luís (MA).

Agenda internacional

- ✓ Genebra (Suíça) – Reunião da Comissão de Estudos 2 do Setor de Normalização da União Internacional de Telecomunicações (UIT-T): Aspectos Operacionais de Provisionamento de Serviços e Gerenciamento de Redes de Telecomunicações;
- ✓ Varadero (Cuba) – “*Accessible Americas: ICTs for ALL*”;
- ✓ Miami (EUA) – “*ConneXion Miami*”; e
- ✓ Dubai (EAU) – Assembleia de Radiocomunicações 2023.

ANATEL
Agência Nacional de
Telecomunicações

Agenda do presidente – **Carlos Baigorri** deve comparecer à audiência pública no âmbito da Comissão de Comunicação (CCOM) no âmbito da Câmara dos Deputados, nesta quarta (8), para a apresentação do planejamento estratégico da Anatel para o quinquênio 2023-2027.

Está prevista, na quinta (9), a **927ª Reunião do Conselho Diretor**, com início às 15h, por meio de videoconferência e transmitida no canal da Anatel no [YouTube](#). Dentre os itens da [pauta](#), destacamos: **(i)** a alteração de representante substituto do Ministério das Comunicações no Comitê de Prestadoras de Pequeno Porte de Serviços de Telecomunicações junto à Anatel (CPPPP); **(ii)** a proposta de metodologia de cálculo do valor base da multa relativa a descumprimentos de obrigações de universalização previstas na regulamentação; **(iii)** a proposta de atualização do regulamento para coleta de dados setoriais; e **(iv)** a revisão do [Regulamento](#) de celebração e acompanhamento de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (RTAC).

MEC
Ministério da Educação

Agenda do ministro – **Camilo Santana** cumpre, entre os dias 6 e 12 de novembro, agenda internacional em Paris (França), para participar da Conferência Geral da ONU para a Educação, Ciência e Cultura. Santana poderá comparecer ainda, nesta quarta (8), de seminário promovido pelo Grupo de Trabalho sobre política de combate à violência nas escolas brasileiras (GTESCOLA) da Câmara dos Deputados, para debater o tema “Ambiente Escolar Seguro - Políticas Educacionais e Comunidade Escolar”. Foram convidados, ainda, os ministros **Flávio Dino** (Justiça e Segurança Pública) e **Wellington Dias** (Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome).

Agenda internacional

- ✓ Caracas (Venezuela) – Encontro Internacional sobre a Qualidade da Educação: experiências nacionais e internacionais de avaliação, Melhoria e transformação educacional no âmbito da Agenda 2030.

CAPES
Coordenação de
Aperfeiçoamento de Pessoal de
Nível Superior

Na terça feira (7) a CAPES promoverá debate sobre os modelos e políticas de internacionalização para a pós-graduação, pesquisa e inovação com reitores de instituições de ensino superior do Brasil, de Portugal e da Espanha.

MF
Ministério da Fazenda

Agenda do ministro – **Fernando Haddad** participou, nesta segunda (6), do evento “*BTG Macro Day Painel: Cenário Político e Econômico Brasileiro*”, em São Paulo. Ademais, participou de reunião com o senador **Alessandro Vieira** (MDB/SE) e com o presidente da CAIXA, **Carlos Vieira**.

Agenda ministerial – O secretário especial da Receita Federal, **Robinson Barreirinhas**, cumpriu, nesta segunda (6), agenda oficial internacional em

Coimbra (Portugal), para participar do Fórum “O Futuro da Tributação”, no painel “Gestão Tributária na Era da Inteligência Artificial”.

Agenda internacional

- ✓ Barcelona (Espanha) – “*Smart City Expo World Congress*”;
- ✓ Montevideo (Uruguai) – 120ª Reunião do Comitê Técnico nº 2 'Assuntos Aduaneiros e Facilitação do Comércio;
- ✓ Cidade do Cabo (África do Sul) – Grupo de Trabalho sobre Fiscalidade do Brics;
- ✓ Boston (EUA) – Fórum Anual de Pesquisa do MIT CISR 2023; e
- ✓ Londres (Inglaterra) – “*Global Private Banking Awards*”.

BACEN
Banco Central do Brasil

Agenda do presidente – **Roberto Campos Neto** recebeu, nesta segunda (6), o ministro **Flávio Dino** (Justiça e Segurança Pública); o secretário executivo **Ricardo Cappelli**; e o presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), **Ricardo Lião**, para tratarem de assuntos institucionais. Campos Neto também se reuniu com o diretor executivo para o Brasil do Fundo Monetário Internacional (FMI), **Afonso Bevilaqua**.

Ainda nesta semana, o presidente cumpre agenda oficial internacional nos Estados Unidos, onde participará do evento *Reuters Next* e se reunirá com investidores institucionais, em Nova Iorque; e no evento MBA Brasil 2023, em Chicago.

Balança Comercial – Para o saldo da balança comercial, a projeção em 2023 aumentou para US\$ 75,3 bilhões de resultado positivo.

Boletim Focus – Para o IPCA, a expectativa do mercado para o ano permaneceu em 4,63%. No caso do PIB 2023, a estimativa de crescimento se manteve em 2,89%. Ainda, o mercado financeiro manteve a expectativa para a taxa básica de juros da economia, a Selic, em 11,75% pela décima terceira semana consecutiva, assim como a projeção para a taxa de câmbio do dólar em 2023, que permaneceu em R\$/US\$ 5,00 pela quarta semana seguida

MJSP
Ministério da Justiça e
Segurança Pública

Agenda do ministro – **Flávio Dino** compareceu, nesta segunda (6), ao lançamento do Novo PAC em São Luís (MA). Ademais, deverá comparecer, nesta quarta (8), de seminário promovido pelo Grupo de Trabalho sobre política de combate à violência nas escolas brasileiras (GTESCOLA) da Câmara dos Deputados, para debater o tema “Ambiente Escolar Seguro - Políticas Educacionais e Comunidade Escolar”. Foram convidados, ainda, os ministros **Camilo Santana** (Educação) e **Wellington Dias** (Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome).

Agenda ministerial – O secretário nacional do Consumidor, **Wadih Damous**, deve participar, nesta quarta (8), de audiência pública convocada no âmbito da Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) da Câmara dos Deputados, para debater o [PL 1954/2023](#) (*Direitos de Personalidade*).

Agenda internacional

- ✓ Madrid (Espanha) – Encontro Inicial para implementação do Projeto *Global Drug Intelligence Network* (GDIN);
- ✓ Santo Domingo (República Dominicana) – “*8th Americas Working Group on Cybercrime for Heads of Cybercrime Units*”; e
- ✓ Madrid (Espanha) – Análise de risco na área FISCAL e de FRONTEIRA.

ANPD
Autoridade Nacional de
Proteção de Dados

Agenda do diretor-presidente – **Waldemar Gonçalves Ortunho Júnior** foi convidado a participar, nesta terça (7), de audiência pública no âmbito da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) da Câmara dos Deputados, para prestar esclarecimentos sobre o vazamento de dados das plataformas ConecteSUS e Portal Covid.

MEMP
Ministério do
Empreendedorismo, da
Microempresa e da Empresa de
Pequeno Porte

Agenda do ministro – **Márcio França** deve comparecer, nesta sexta (10), de seminário convocado pela Subcomissão Permanente de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (CICS/SUBMIPEQ) da Câmara dos Deputados, em Balneário Camboriú/SC, sobre o apoio e desenvolvimento das micro e pequenas empresas.

MPO
Ministério do Planejamento e
Orçamento

Agenda ministerial – O secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos, **Sérgio Firpo**, participa, nesta terça (7), do evento “Reforma Tributária e Impactos na saúde”, que irá debater como a tributação de produtos não saudáveis, como tabaco, álcool, ultraprocessados e agrotóxicos, pode contribuir na prevenção das doenças crônicas não transmissíveis (DCNTS).

Poder Legislativo

Câmara dos Deputados

O **Plenário da Câmara dos Deputados** ainda não divulgou pauta deliberativa da semana.

Senado Federal

O **Plenário do Senado Federal** poderá apreciar, dentre outros, o [PL 1269/2022](#), que disciplina os efeitos jurídicos das declarações de indisponibilidade de bens, a fim de obrigar o registro na matrícula cartorial de um imóvel suas eventuais constringências judiciais.

Comissões

TECNOLOGIA

Câmara | CCTI | Quarta (8) | 09h30

[Cooperação Científica e
Tecnológica Sino-Brasileira](#)

Audiência Pública – Nesta semana, a Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação convocou audiência pública para tratar de cooperação científica e tecnológica entre o Brasil e a China. Foram convidados a participar do debate, entre outros, o diretor da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX/MDIC), **Herlon Alves Brandão**; o diretor da Secretaria de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços (SDIC/MDIC), **Luis Felipe Giesteira**; e a diretora executiva do Conselho Empresarial Brasil-China, **Cláudia Trevisan**.

Câmara | CSAÚDE | Quarta (8) | 10h00

Telessaúde	<p>Palestra – A Comissão de Saúde recebe, nesta semana, o presidente Associação Brasileira de Telessaúde e Telemedicina e Diretor da Cátedra de Telemedicina da USP, Prof. Dr (PhD) Chao Lung Wen, que profere palestra sobre o tema <u>“Telemedicina e Telessaúde - Inovação de Processos de Logística para Melhorar o Sistema de Saúde”</u>.</p> <p>Câmara CESPO Quarta (8) 15h00</p>
Jogos Eletrônicos	<p>Audiência Pública – A Comissão do Esporte (CESPO) conduz audiência pública para <u>discutir a indústria dos games no Brasil</u>. Dentre os convidados, representantes do Ministério do Esporte (MEsp), da Academia Nacional de Direito Desportivo (ANDD) e da Associação brasileira dos Desenvolvedores de Jogos Digitais (Abragames).</p> <p>Câmara CCULT/SUBIA Quarta (8) 15h00</p>
Inteligência Artificial	<p>Reunião de Instalação – A Subcomissão Especial sobre uso da inteligência artificial (CCULT/SUBIA) realiza <u>reunião de instalação e eleição</u>.</p> <p>Câmara CSAUDE Quarta (8) 17h00</p>
Saúde Digital	<p>Audiência Pública – A Comissão de Saúde (CSAUDE) promove audiência pública sobre <u>experiências práticas em ferramentas digitais</u>. Dentre os convidados, o diretor da Quarta Diretoria da Anvisa, Romison Mota; e representantes das Administrações Públicas regionais de São Paulo, Minas Gerais e Distrito Federal.</p> <p>Câmara CEDES Quinta (9) 10h00</p>
IAs no Trabalho	<p>Reunião Técnica – O Centro de Estudos e Debates Estratégicos (CEDES) realiza reunião técnica para <u>debater sobre a inteligência artificial (IA) e influências no mundo do trabalho</u>. Dentre outros convidados, a diretora do Departamento de Qualificação Social e Profissional do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Cristina Lavalkievicz; e representantes de Universidades.</p> <p>Câmara CICS Quinta (9) 09h00</p>
ENERGIA & PETRÓLEO	
Micro e Pequenas Empresas	<p>Seminário – A Comissão de Indústria, Comércio e Serviços (CICS) realiza seminário sobre as <u>políticas públicas de apoio às micro e pequenas empresas</u>. Dentre os convidados, representantes do Sebrae Nacional, da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS) e outras Federações do Rio Grande do Sul (RS).</p> <p>Câmara CAPADR Quinta (9) 10h00</p>
Renegociação de Débitos	<p>Audiência Pública – A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) conduz audiência pública sobre a <u>renegociação de débitos dos Fundos Constitucionais do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO)</u>. Dentre os convidados, representantes dos Ministérios da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) e da Fazenda (MF); bem como das Confederações da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e Nacional da Indústria (CNI).</p>

**ECONOMIA &
TRIBUTÁRIO**

Câmara | CFT | Quarta (8) | 09h00

E-commerce

Audiência Pública – A Comissão de Finanças e Tributação realiza, nesta semana, audiência pública sobre regras para a venda de mercadorias estrangeiras por meio da internet. Está prevista a participação, dentre outros, da secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria Comércio e Serviços (MDIC), **Tatiana Lacerda Prazeres**; o presidente da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Internacional Expresso de Cargas (ABRAEC), **Nadir Moreno**; e o Diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Proteste), **Henrique Lian**.

Política

Vice-líderes do governo no Senado têm contrariado interesses do Planalto. As dificuldades que a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) enfrenta atualmente no Senado são debitadas, em parte, a uma possível sobrecarga do líder do governo na Casa, Jaques Wagner (PT-BA). O motivo seriam problemas com os vice-líderes, que normalmente ajudam o Palácio do Planalto a se dividir na atuação em comissões, mas muitas vezes têm contrariado orientações do Executivo. O governo atualmente possui oito vice-líderes: Confúcio Moura (MDB-RO), Daniella Ribeiro (PSD-PB), Jorge Kajuru (PSB-GO), Dorinha Seabra (União/TO), Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), Weverton (PDT-MA), Zenaide Maia (PSD-RN) e Augusta Brito (PT-CE). Na visão de aliados do Planalto, no entanto, a troca de qualquer um deles poderia intensificar o mal-estar com a base aliada. E não é momento para isso. Um dos casos mais recentes ocorreu no mês passado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. Apesar de o governo se posicionar contra o projeto de decreto legislativo (PDL) que suspende normas da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a vice-líder do governo, Augusta Brito (PT-CE), liberou a bancada para cada um votar como quisesse. Fonte: Valor Econômico

Lula tenta aparar arestas no Senado e se reunirá com líderes na quarta-feira. Após uma série de reveses no Senado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tentará na semana aparar algumas arestas na Casa e se reunirá com líderes da Casa na quarta-feira, um dos objetivos do encontro é ajustar o caminho para a aprovação da reforma tributária e de nomes indicados à diretoria do Banco Central. A reunião será nos moldes da que foi feita com líderes da Câmara na semana passada. O encontro com senadores acontece após o presidente decidir entrar em campo para evitar acumular novas derrotas na Casa. Na semana passada, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, pediu a suspensão dos nomes aprovados para ocupar vagas no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Os senadores também reprovaram a indicação de Lula para a chefia da Defensoria Pública da União. Na sexta-feira, Lula e Pacheco se reuniram no Palácio da Alvorada em um primeiro passo do Executivo para discutir a relação com os senadores. O encontro também ocorreu em meio a trocas de farpas públicas entre a presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann, e Pacheco. Fonte: O Globo

Pacheco oferece almoço a relator e líderes do governo na véspera da votação da reforma tributária. Na véspera da votação do relatório da reforma tributária na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) no Senado, o relator da matéria, Eduardo Braga (MDB-AM), está reunido com o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e representantes do governo para discutir a matéria. O encontro ocorre na residência oficial da presidência do Senado. Além de Braga, os líderes do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), e do Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), participam. O ministro da Secretaria de Relações

Institucionais, Alexandre Padilha, foi chamado a se juntar ao grupo. Mais cedo, Pacheco afirmou que a segunda-feira (6) será um “dia longo de negociações políticas” sobre a reforma tributária para que o texto possa avançar no Senado. Ele prometeu que a votação em plenário também deve ocorrer nesta semana, caso a proposta seja validada pela CCJ na terça (7). Fonte: Valor Econômico

Lira: Independência é necessária, mas não podemos nos esquecer da harmonia entre Poderes. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), defendeu na segunda-feira o respeito e a harmonia entre os Poderes, mas destacou a necessidade de se alterar as regras para a apresentação de uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) que busque reverter propostas já aprovadas no Congresso. “Tenho muito respeito pela institucionalidade de cada poder. A independência é necessária, mas não podemos nos esquecer da harmonia”, disse Lira ao ser indagado sobre a iniciativa de senadores para limitar poderes da Corte. O parlamentar do PP afirmou haver erros na formulação de quem pode apresentar ações diretas de inconstitucionalidade no país e defendeu mudança nas regras. “É preciso subir o sarrafo. Não me cabe, nunca fiz, nem vou fazer julgamentos do que o Senado está fazendo.” Fonte: Valor Econômico

Na véspera da votação da reforma tributária em comissão, Lula antecipa reunião com líderes da base aliada. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai antecipar para segunda-feira (6) uma reunião com líderes partidários que integram a base aliada no Senado. Segundo fontes, o encontro deve acontecer às 17h no Palácio do Planalto e deve contar também com a participação dos líderes do governo na Casa. Inicialmente, a reunião aconteceria na terça-feira (7), mas o Palácio do Planalto decidiu antecipar o encontro em função da votação do relatório da reforma tributária na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) no Senado, prevista para acontecer também nesta terça-feira. A conversa faz parte de um movimento de reaproximação entre Lula e os congressistas, após o presidente ficar quase um mês isolado no Palácio da Alvorada por conta de uma cirurgia no quadril. Além disso, o governo vem fazendo um esforço para tentar garantir que os parlamentares votem medidas que ajudem a incrementar as receitas da União, evitando assim um déficit orçamentário e, conseqüentemente, um contingenciamento de recursos. Fonte: Valor Econômico

Alckmin ganha mais espaço na agenda climática. Após os rumores de que seria afastado do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) para reacomodar o PSB no governo, o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) prosseguiu no posto, e ganhou novas atribuições do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como a coordenação das ações para mitigar danos causados pelos desastres climáticos. O vice também se projetou como liderança política no debate da transição energética, em meio à ausência da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva (Rede), e num cenário em que coube ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), gerir o braço econômico do programa. Lula anunciou que no fim de novembro, visitará os Emirados Árabes (onde participará da cúpula climática, a COP-28), Arábia Saudita e Catar, levando Haddad, em busca de investidores para financiar projetos de transição para energia limpa no país. Fonte: Valor Econômico

Congresso mira agenda econômico, com LDO e Reforma Tributária. A agenda econômica é o principal item da pauta tanto da Câmara dos Deputados quanto do Senado nesta semana. Faltando menos de dois meses para o início do recesso legislativo, a Comissão Mista do Orçamento (CMO) se concentra em avançar com a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, e o Senado tem como principal alvo a reforma tributária. A LDO é a lei que estabelece as diretrizes que deverão ser obedecidas pelo governo, e posteriormente pelo próprio Congresso Nacional, na elaboração do plano orçamentário do ano seguinte. Tradicionalmente ela é aprovada ao final do primeiro semestre do ano anterior à sua vigência. Em 2023, porém, as reformas econômicas apresentadas pelo novo governo atrasaram sua elaboração, que dependia da apreciação de tais projetos antes da elaboração do texto. Fonte: Congresso em Foco

Governo respeitará Teto de Gastos, afirma Rui Costa. O ministro da Casa Civil, Rui Costa, afirmou durante a reunião ministerial na sexta-feira (3) que o governo deve respeitar o teto de gastos estipulado pelo arcabouço

fiscal. Para ele, o uso de recursos para conclusão de obras de infraestrutura não compromete o teto justamente pelo fato de estarem previstos no Orçamento. No início da reunião, Lula disse que dinheiro bom é aquele investido em obras. “Para quem está na Fazenda, dinheiro bom é dinheiro que está no Tesouro, mas para quem está na Presidência dinheiro bom é dinheiro transformado em obras. É dinheiro transformado em estrada, em escola, em escola de primeiro, segundo, terceiro grau, saúde”. Fonte: Congresso em Foco

Governo busca eficiência na execução do gasto público, afirma ministro. O ministro da Casa Civil, Rui Costa, garantiu que o governo respeitará o teto de gastos previstos no arcabouço fiscal. A afirmação foi feita na sexta-feira (3), após a reunião do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com ministros de pastas ligadas ao novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Costa buscou explicar a declaração feita no início da reunião pelo presidente Lula, na qual ele defendeu o uso de todos os recursos previstos no Orçamento para garantir a conclusão de obras de infraestrutura, saúde e educação. Segundo Costa, exatamente por já estarem previstos, esses recursos não colocam em risco a meta de déficit zero. “Li alguns textos da imprensa a partir dessa declaração do presidente. Acho que talvez não tenha ficado suficientemente claro, por mais debate que o país tenha feito. Os artigos tentam fazer um contraponto entre uma parte do governo que é gastadora e outra que é poupadora. Mas não há essa dicotomia porque não há nenhuma possibilidade de aumentarmos o gasto, porque o arcabouço não permite”, disse Rui Costa. Segundo ele, o que o presidente defendeu “é a eficiência na execução do gasto público”. “Se tem uma escola que foi iniciada; um hospital que foi iniciado, eles têm de ser concluídos porque temos de servir a população. Não adianta ficar com o dinheiro no caixa do ministério e o povo sem escola; sem saúde; sem a estrada feita. Foi essa a palavra do presidente, o que não tem absolutamente nada a ver com elevação de gasto público”, acrescentou. Fonte: Agência Brasil

Haddad quer mais tempo antes de mudar meta fiscal. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e seus auxiliares têm buscado convencer o Palácio do Planalto de que é preciso “mais tempo” para perseguir a meta fiscal. O prazo pedido pela equipe econômica, nas últimas conversas com a cúpula do governo para se certificar se será ou não possível obter a receita necessária para cumprir o déficit primário zero é março de 2024. Março é quando o Executivo divulga o 1º Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias de 2024. A proposta é rechaçada, pela Casa Civil, que tem tentado influenciar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva na direção contrária. Ao tentar postergar o debate para o ano que vem, o objetivo da equipe de Haddad é ter em mãos informações certas sobre um possível desequilíbrio orçamentário e, conseqüentemente, a necessidade ou não de contingenciamento. Na prática, isso significaria aprovar o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024 sem alteração no déficit, tese que também enfrenta resistência dos parlamentares. Isso também daria mais tempo para que a Fazenda e a articulação política do governo, que vem endossando o déficit zero junto à Fazenda, tivessem mais semanas para articular no Congresso Nacional medidas que incrementem as receitas da União. Nesse sentido, Haddad tem o apoio, por exemplo, do ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PT-SP), outro integrante do governo a rechaçar a ideia de mandar uma mensagem modificativa agora para alterar a meta na LDO. Fonte: Valor Econômico

Lula recebe Pacheco por tributária e pauta arrecadatória. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) recebeu na 6ª feira (3.nov.2023) o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), no Palácio do Planalto. A reunião foi no fim da tarde e não constou na agenda oficial do petista até às 19h37. O encontro acontece depois que os senadores vetaram a indicação de Igor Roque Albuquerque para chefiar a DPU (Defensoria Pública da União) em derrota para o governo. A pauta, entretanto, foi principalmente sobre a agenda econômica do governo no Congresso. O Poder360 apurou que a conversa foi sobre como os congressistas precisariam ajudar o governo com as pautas que aumentam a arrecadação e a reforma tributária. Lula teria ouvido de Pacheco que o senador está comprometido a ajudar o Planalto com a pauta. Na 3ª feira (2.nov), o relator da reforma tributária no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), afirmou que fará ajustes pontuais em seu relatório em prol da segurança jurídica da proposta. Ele debateu o texto em reunião com o ministro Fernando Haddad (Fazenda). Na seqüência do encontro com Pacheco, Lula também se reuniu com Haddad no Palácio

da Alvorada. O ministro elogiou o relatório de Braga e afirmou que as mudanças combinadas na 5ª feira (2.nov) com o relator são só “detalhes” e buscam evitar a judicialização das novas regras da reforma. Fonte: Poder 360

'Reforma tributária é nota 7 ou 7,5, mas estamos saindo de nota 2', diz Haddad. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta segunda-feira que a reforma tributária, conforme aprovada até este momento, “é nota 7, nota 7,5” “Mas estamos saindo de [nota] 2”, disse no evento Macro Day, promovido pelo BTG Pactual em São Paulo. “Só tem seis sistemas tributários piores do que o nosso [segundo o Banco Mundial]. Haddad afirmou, por exemplo, que o desarranjo tributário atual “tem impacto no juro, no câmbio, na inflação” Ele destacou positivamente um dispositivo colocado pelo relator da reforma no Senado, senador Eduardo Braga (MDB-AM), que estabelece que “todo primeiro ano de mandato presidencial o governo tem que fazer avaliação de exceções” tributárias. Outro ponto positivo da reforma “é desonerar 100% das exportações”. Fonte: Valor Econômico

Reforma administrativa depende de apoio popular, diz Lira. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse na 2ª feira (6.nov.2023) que o debate da reforma administrativa depende do apoio popular para que o governo se envolva na discussão da proposta. Segundo ele, debater a reforma poderia facilitar a apoio dos deputados a outras pautas do governo defendidas pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. “O governo vai ter que discutir esse assunto, mais dia, menos dia com o Congresso. O apoio do governo, da sociedade, de todos os senhores que geram e que produzem, tem que focar na reforma administrativa”, disse durante o evento Macro Day 2023, promovido pelo BTG Pactual, em São Paulo. Fonte: Poder 360

Parlamentares e empresários favoráveis à reforma administrativa pedem prioridade para votação da proposta. Deputados e empresários defenderam a reforma administrativa (PEC 32/20) como forma de gerar corte de privilégios, incentivar a meritocracia, aumentar a eficiência, implantar avaliações e metas, acabar com cargos obsoletos e reduzir o tamanho do Estado. O assunto foi debatido na quarta-feira (1º), em seminário na Câmara dos Deputados. O evento foi organizado pelo Instituto Unidos Brasil e apoiado por várias frentes parlamentares e entidades empresariais. Fonte: InfoMoney

Dino cita bom ambiente no Congresso para possível sabatina ao STF. O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, disse na 2ª feira (6.nov.2023) que não teria problema em ser sabatinado no Senado por conta de uma eventual indicação sua ao STF (Supremo Tribunal Federal) por parte do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). “Eu sou senador. Nas duas vezes que fui convidado ao Senado, fui muito bem tratado por todos. Então, tem um ambiente muito bom no Congresso de modo geral”, disse. As declarações foram dadas em entrevista à GloboNews. Apesar de sua fala sobre eventual sabatina no Senado, Dino disse que não tem colocado a possível indicação à Corte “no horizonte imediato” de suas preocupações. Segundo ele, o foco no momento é o trabalho do Ministério da Justiça na garantia da segurança pública. Fonte: Poder 360

Economia

CCJ do Senado pode votar Reforma Tributária terça-feira (7). O relator do texto, o senador Eduardo Braga (MDB-AM), apresentou versão alternativa – *substitutivo* – da proposta dia 25 de outubro. Na avaliação do relator, o texto ainda poderá sofrer alterações, tanto no âmbito da comissão quanto no plenário, onde, depois, vai à votos em 2 turnos. “Existem 700 emendas apresentadas. Não dá para dizer que tem acordo. Ainda vai haver muita discussão. É uma matéria que tem muitos interesses. É uma votação que esperamos obter êxito, mas ainda está em um processo de construção”, explicou Braga em entrevista à Agência Senado. Na ocasião da leitura do relatório na CCJ, Alcolumbre, concedeu, de ofício, vista coletiva para os demais membros do colegiado analisarem o conteúdo antes da discussão, prevista para ocorrer às 9h, de terça-feira (7). Fonte: Diap

Pacheco diz que reforma tributária deve ser votada nesta semana no Senado. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que pretende pautar a votação da reforma tributária no plenário da Casa na quarta-feira (8), caso a matéria seja aprovada na terça (7) pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), como está previsto. Na véspera da votação na CCJ do Senado, o presidente da Casa reforçou que segunda-feira (6) será um “dia longo de negociações políticas” para que o texto possa avançar. As declarações foram feitas durante a participação de Pacheco em um evento do banco BTG Pactual. “O cronograma estabelecido é a apreciação na CCJ amanhã [terça-feira] pela manhã, sob a presidência do presidente Davi Alcolumbre (União-AP) e relatoria do senador Eduardo Braga (MDB-AM). Apreciado na CCJ e pronto na CCJ, encaminharemos ao plenário”, disse Pacheco. “A pauta prevista para o plenário é na próxima quarta-feira (8), sem prejuízo de reservarmos a quinta-feira (9), caso seja necessário prolongar a apreciação da reforma tributária”, acrescentou. Fonte: Valor Econômico

Appy não descarta chance de imposto sobre consumo ficar com alíquota inferior a 27%. Alterações no texto da reforma tributária pelo Senado podem levar a alíquota geral do novo imposto sobre consumo a até 27,5%, mas o governo não descarta a possibilidade de o patamar ficar abaixo de 27%, disse na sexta-feira (3) o secretário extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy. Em entrevista ao site Poder360, Bernard Appy reforçou que a definição do imposto dependerá de regulamentação dos regimes favorecidos – sobre a lista de setores que terão acesso às alíquotas diferenciadas -, da abrangência do imposto seletivo e da definição dos itens que serão beneficiados com a redução das cobranças. Fonte: InfoMoney

Exceções na PEC 45/2019 são fruto de negociação para possibilitar a aprovação da proposta, ressalta Appy. A proposta de Reforma Tributária é uma construção política realizada com o objetivo de criar condições para que o texto seja aprovado, e, nesse sentido, o trabalho do relator do projeto no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), tem sido bastante positivo. A avaliação foi feita na sexta-feira (3/11) pelo secretário extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, durante entrevista ao portal Poder360. Essa avaliação do secretário foi uma resposta ao questionamento sobre uma possível “frustração” do Governo Federal causada pela introdução de novas exceções tributárias no texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019 no Senado. “Para a equipe econômica, quanto menos exceções houver, melhor”, respondeu Appy. “Temos falado isso desde o começo da discussão da Reforma Tributária no Congresso. O ideal seria não ter absolutamente nenhuma exceção. Por outro lado é preciso entender que essa é uma construção política. O relator, tanto da Câmara quanto agora do Senado, tem que construir condições para que o texto que ele apresenta seja aprovado. Desse ponto de vista, nossa avaliação é de que o resultado do trabalho do senador Eduardo Braga foi muito positivo.”. Fonte: ASCOM MF

Reforma tributária: economistas dizem que 'limite razoável' de exceções 'já foi atingido ou superado', mas pedem aprovação. Manifesto assinado por empresários e economistas de diferentes vertentes e divulgado na segunda-feira (6) afirma que o “limite razoável” para exceções na reforma tributária em tramitação no Congresso Nacional “já foi atingido ou mesmo superado” Mesmo assim, o texto organizado pelo movimento Pra Ser Justo defende a aprovação do texto – que, agora, tramita no Senado na forma de um substitutivo do senador Eduardo Braga (MDB-AM) Essas exceções incluídas na reforma tributária são benefícios dados a setores da economia que, pelas novas regras, teriam direito a pagar menos impostos sobre o consumo Segundo o manifesto, mesmo com essa lista de exceções, a reforma é “a mudança que o país precisa para construir um sistema tributário que impulse o desenvolvimento econômico e social”. Fonte: G1 Notícias

Meta no radar: Haddad tenta convencer presidente a não abrir mão de déficit zero em 2024. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, está no Palácio da Alvorada para encontro com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A informação foi obtida pelo Estadão/Broadcast com fontes e confirmada há pouco pelo Palácio do Planalto. Mais uma vez, os dois devem debater a questão da meta zero do primário de 2024. Haddad chegou

ao Alvorada cerca de 15 minutos depois que o presidente deixou o Planalto. Os dois já se reuniram mais cedo, num encontro ministerial voltado para questões da infraestrutura e do qual a meta fez parte. Fonte: InfoMoney

Lira: Haddad tem que continuar buscando alternativas para alcançar déficit zero. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), defendeu nesta segunda-feira que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, continue buscando alternativas para alcançar o déficit zero e pontuou que dificilmente partirá do Legislativo qualquer iniciativa para alterar a meta fiscal. “Quando Lula trouxe declaração da meta fiscal, o que entendemos é que, se bater a meta, tem um X de consequência do arcabouço. Se não bater a meta, tem um X de consequência do arcabouço. Haddad ratificou em reunião conosco e publicamente que vai seguir perseguindo o déficit zero. Ele tem que continuar buscando alternativas para alcançar o déficit zero. Nosso foco é continuar trabalhando para alcançar. Se não conseguir, não é porque não quer”, disse Lira em um evento do banco BTG Pactual. O parlamentar do PP explicou que o relatório preliminar da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deve ser apreciado pela Comissão Mista do Orçamento (CMO) nesta terça-feira e reforçou que não partirá do Congresso qualquer iniciativa para alterar a meta fiscal. O chefe do Legislativo afirmou ainda ser “imprescindível” votar o Orçamento ainda em 2023. “Não é salutar, não defendo isso [não votar]”. Fonte: Valor Econômico

Haddad: Podemos crescer, temos muita gordura monetária para queimar. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou na segunda-feira que o Brasil está “em um momento com condição de fazer a economia crescer” e com “muita gordura monetária para queimar”. “Na minha opinião, o ciclo de cortes [da Selic] vai continuar”, disse, no evento Macro Day, promovido pelo BTG Pactual em São Paulo. “Estamos fazendo certo do ponto de vista fiscal e baixando a inflação pela metade [em relação a 2022]”, disse. O ministro disse que “o mundo está nos atrapalhando um pouco [em termos monetários]”, mas afirmou que isso pode ser revertido em 2024. Também disse que, “ao contrário do Brasil, mundo em desenvolvimento está muito endividado” “Temos reservas suficientes para blindar a economia brasileira”, disse. “O desafio de curto prazo é recolocar na ordem do dia arrumar a casa.” Fonte: Valor Econômico

Mesmo com veto de Lula, marco das garantias deve reduzir custo do crédito. O veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao dispositivo do novo marco legal das garantias que previa a retomada extrajudicial de bens móveis, como carros e motos, por bancos e financiadores é um fator negativo, mas o texto continua sendo visto como positivo por especialistas consultados pelo Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado). A versão sancionada por Lula preservou uma série de mudanças quanto ao tratamento das garantias, que devem potencializar linhas de crédito mais baratas, na visão dos bancos e de especialistas. Fonte: InfoMoney

Judiciário

O Supremo Tribunal Federal (STF) julgará, na próxima quarta (8), a [ADO nº 20](#), que busca averiguar se houve inércia do Congresso Nacional para regulamentar a **Licença Paternidade**, prevista no Art. 7º, XIX, da Constituição Federal. No mesmo dia, a Corte também julgará a [ADI nº 5.090](#) sobre o uso da Taxa Referencial (TX) como índice de correção do **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**. Outra matéria que comporá o julgamento do Supremo, na mesma data, é o [RE 958252](#), que discutirá a **terceirização** entre pessoas jurídicas e a **responsabilização das obrigações trabalhistas**. Fonte: STF

STF deve priorizar pautas econômicas até o fim do ano. O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Roberto Barroso, deve priorizar até o fim do ano julgamentos de pautas trabalhistas e econômicas. Desde quando assumiu a presidência da Corte, Barroso vem divulgando mensalmente a pauta de

juízos. Ao longo de novembro, a Corte deve analisar ações que tratam sobre a correção do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), Difal do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), omissão do Congresso Nacional sobre licença paternidade e sobre a terceirização de serviços. Conforme adiantou o Poder360 em setembro, as pautas eram prioridade de Barroso em sua gestão. O ministro contratou o economista-chefe do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), Guilherme Resende, para ajudar na elaboração dos seus votos –algo incomum entre os magistrados. A movimentação indicava que as prioridades de Barroso em seu início de gestão seriam em torno de temas econômicos. Em outubro, Barroso priorizou na sua 1ª semana o julgamento de ações que tratavam sobre violações de direitos humanos nos presídios brasileiros e sobre licença-maternidade para funcionárias com contrato temporário em órgãos públicos. Fonte: Poder 360

PP aciona STF contra governo Lula por Orçamento da saúde. O PP (Partido Progressistas) acionou o STF (Supremo Tribunal Federal) contra o governo Lula depois de o Executivo conseguir autorização do Congresso para, na prática, gastar menos com saúde. Eis a [íntegra](#) da ação. O partido quer que seja declarada a inconstitucionalidade do artigo 15 da lei complementar 201 de 2023, que “dispõe sobre o uso da receita corrente líquida estimada na Lei Orçamentária para 2023 para determinar, no ano de 2023, o valor mínimo a ser despendido com ações e serviços públicos de saúde pela União”. Para o PP, a Constituição estabelece que os recursos mínimos devem ser calculados considerando a receita efetiva e não a prevista no Orçamento. A lei aprovada pelo Congresso, então, seria inconstitucional e precisaria ser derrubada pelo STF. Orçamento de 2023 reservava R\$ 168 bilhões para a saúde, mas o piso para o ano havia subido para R\$ 189 bilhões em setembro depois de atualização nos cálculos de receita corrente líquida do país. Como o governo não tem espaço fiscal acomodar mais R\$ 21 bilhões no Orçamento, recorreu à manobra junto aos congressistas. Fonte: Poder 360

Cenário Internacional

Com 'risco Milei' no radar, Brasil fará cúpula do Mercosul antes da sucessão presidencial na Argentina. O Brasil marcou para o dia 7 de dezembro, no Rio de Janeiro, a cúpula com os presidentes dos países do Mercosul – Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. A data foi escolhida pelo governo brasileiro, que ocupa a presidência pro-tempore do bloco. Segundo diplomatas ouvidos pela GloboNews, além de questões logísticas, há uma motivação política: garantir que o compromisso aconteça antes de 10 de dezembro, quando toma posse o novo presidente da Argentina. O segundo turno das eleições presidenciais argentinas é disputado pelo candidato governista e atual ministro da Economia, Sergio Massa, e pelo candidato populista que se define como libertário Javier Milei. A votação é no próximo dia 19. Massa terminou o primeiro turno à frente na disputa, mas o Brasil enxerga com cautela o risco de Milei se tornar presidente – ele recebeu o apoio formal da terceira colocada, Patricia Bullrich. Após as primárias de agosto, de onde saiu como favorito para a eleição, Milei afirmou que o Mercosul “deve ser eliminado” e que vai priorizar relações com Estados Unidos e Israel. Ele também é contrário à entrada da Argentina no Brics. Fonte: G1 Notícias

Último Foco

Aprovado Relatório de Cibersegurança, em Questão de Estudo co-liderada pelo Brasil, em Genebra. documento *Cybersecurity Assurance Practices* (Práticas para a Garantia da Segurança Cibernética, em português), que teve participação brasileira, foi aprovado pela Comissão de Estudos 2 (CE 2) do Setor de Desenvolvimento da União Internacional de Telecomunicações (UIT-D), em reunião realizada semana

passada em Genebra (Suíça). No documento é destacada a experiência brasileira com a aprovação dos Requisitos de Segurança Cibernética para Equipamentos para Telecomunicações e dos Requisitos Mínimos de Segurança Cibernética para Avaliação da Conformidade de Equipamentos CPE (Customer Premises Equipment), respectivamente os Atos da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) de número 77/2021 e 2.436/2023. O relatório é uma das entregas da Questão 3/2 (Proteção de redes de informação e comunicação: Melhores práticas e diretrizes para o desenvolvimento de uma cultura de segurança cibernética. Essa é uma das sete questões em estudos da CE 2. As conclusões foram trabalhadas a partir de propostas recebidas ao longo de 2023 e de um workshop realizado no primeiro semestre deste ano. Fonte: ASCOM ANATEL

IA integrará sistema financeiro em até 2 anos, diz Campos Neto. O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse que a autoridade monetária tem planos de implementar inteligência artificial no sistema financeiro brasileiro até 2025. Segundo ele, o objetivo é “usar IA para fazer o processo [financeiro] melhor para as pessoas”. A declaração se deu em uma gravação transmitida na 6ª feira (3.nov.2023) no evento Mind Grenades, organizado pela startup DrumWave Inc. O presidente do BC foi convidado para falar sobre o processo de inovação tecnológica no sistema financeiro, iniciado com a criação do Pix. O projeto de incorporar a tecnologia seria a última etapa de um processo de inovação no sistema financeiro do Brasil, elaborado em 4 blocos: Pix – o sistema de transações instantâneo; open banking – integração de dados entre bancos; internacionalização da moeda – mudar leis e regulações para facilitar transações internacionais; Drex – criação do real digital. Fonte: Poder 360

Conselho das Cidades será retomado na segunda-feira (6). O Ministério das Cidades promove na segunda-feira (6), em Brasília, 6ª Reunião Extraordinária do Conselho das Cidades (ConCidades). A reunião marca a retomada do ConCidades, que estava abandonado por governos anteriores desde 2017. Presidido pelo ministro das Cidades, Jader Filho, o ConCidades reúne representantes dos três níveis de Governo, sociedade civil e movimentos populares. A retomada do ConCidades terá como prioridade a realização da 6ª Conferência Nacional das Cidades no próximo ano. Criado em 2004 a partir do primeiro projeto de lei de iniciativa popular, com 86 conselheiros, o ConCidades é um órgão colegiado com poder consultivo e deliberativo destinado a tratar da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. O colegiado é, portanto, uma instância de negociação que integra a estrutura do Ministério das Cidades, em que os atores sociais participam do processo de tomada de decisão sobre as políticas executadas pela pasta, nas áreas de habitação, saneamento ambiental, transporte e mobilidade urbana e planejamento territorial urbano. Fonte: ASCOM MCID

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação realiza investimento inédito em projetos do PAC. O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) vai investir R\$ 1,2 bilhão nos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) neste ano. Os recursos são do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que soma R\$ 10 bilhões para investimentos em 2023. Somente no programa Conecta e Capacita, que prevê a implantação de 40 mil quilômetros de fibra óptica em todo o país, foram investidos R\$ 208 milhões. No total, o programa tem um orçamento de R\$ 466,7 milhões em três anos para expandir o acesso e a qualidade da internet nas atividades de educação e pesquisa. Fonte: ASCOM MCTI

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação realiza investimento inédito em projetos do PAC. O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) vai investir R\$ 1,2 bilhão nos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) neste ano. Os recursos são do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que soma R\$ 10 bilhões para investimentos em 2023. Somente no programa Conecta e Capacita, que prevê a implantação de 40 mil quilômetros de fibra óptica em todo o país, foram investidos R\$ 208 milhões. No total, o programa tem um orçamento de R\$ 466,7 milhões em três anos para expandir o acesso e a qualidade da internet nas atividades de educação e pesquisa. Fonte: ASCOM MCTI

MCTI vai investir R\$ 13 milhões na expansão do parque tecnológico de Campina Grande. A ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, participou, na quarta-feira (1), em Campina Grande (PB), do lançamento da pedra fundamental da expansão do Parque Tecnológico da Paraíba. Através de edital Finep, foram destinados R\$ 13 milhões para a ampliação do empreendimento. “Consolidar esse condomínio tecnológico contribui diretamente para a tríplice hélice, composta por academia, governo e setor produtivo, ampliando a geração de emprego e renda”, enfatizou a ministra. “A expansão do parque vai abrigar ainda mais empresas de base tecnológica e atores do ecossistema de ciência, tecnologia e inovação”, afirmou a diretora da Fundação PaqTcPB, Nadja Oliveira. Fonte: ASCOM MCTI

MCTI e Sebrae lançam mapa de incubadoras e aceleradoras de empresas. A partir desta semana, o cidadão terá acesso fácil a informações sobre aceleradoras e incubadoras de empresas no país. O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e a Universidade Federal de Viçosa (UFV) lançam a plataforma InovaLink, durante conferência do Sebrae e a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec). A Conferência Anprotec de Empreendedorismo e Ambientes de Inovação ocorre em Brasília, de segunda (6) a quinta-feira (9). Segundo a Anprotec, a plataforma surgirá como uma ferramenta crucial para fortalecer o sistema de start-ups e de empresas inovadoras no Brasil, fornecendo dados valiosos para empreendedores, investidores e formuladores de políticas públicas. Neste ano, a conferência abordará o tema “Inovação e sociedade: tecnologias emergentes e a transformação do empreendedorismo”. Além do lançamento do InovaLink, estão programadas cerca de 25 atividades, incluindo painéis, debates, Fórum Sebrae de Inovação, rodas de conversa de empreendedorismo, eventos sociais, apresentação de trabalhos e visitas técnicas, entre outros eventos. Fonte: Agência Brasil

Fazenda estima perder mais de R\$ 80 bi com eventual derrota em MP sobre subvenções do ICMS. A equipe econômica do governo de Luiz Inácio Lula da Silva estima uma perda de arrecadação superior a R\$ 80 bilhões no ano que vem caso o Congresso não aprove a proposta de tributação de grandes empresas com benefícios fiscais de ICMS. A Medida Provisória (MP) enviada sobre o tema caduca no fim do ano. O governo quer regulamentar a cobrança de impostos federais sobre as empresas com incentivos fiscais, especificamente aqueles destinados ao dia a dia das companhias (custeio). Se não houver solução no Congresso, o Ministério da Fazenda vai recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF), segundo informou ao GLOBO o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan. O argumento central da Fazenda é que os diversos benefícios concedidos pelos Estados, via ICMS, causaram “distorções tributárias”, com impactos “profundamente” negativos para a arrecadação federal. Fonte: O Globo

Senado atrasa fim de benefícios da guerra fiscal e gera dúvida sobre transição. A nova versão da Reforma Tributária prevê uma redução mais lenta de alguns benefícios fiscais de ICMS concedidos em meio à guerra fiscal entre os estados. O relatório apresentado pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM), previsto para ser votado nesta semana, também contém um dispositivo que causa dúvidas sobre a redução de todos os incentivos antes de 2033. O artigo 128 do texto aprovado na Câmara prevê a redução do ICMS no ritmo de 10% ao ano no período de transição para o novo sistema tributário para o imposto de estados e municípios, que vai de 2029 a 2032. Isso reduz automaticamente todos os benefícios vinculados à alíquota desse tributo. Os deputados também determinaram que incentivos não vinculados à alíquota terão o mesmo ritmo de queda. Esses dois pontos foram mantidos no relatório do senador. Fonte: Folha de S. Paulo

Governo negocia retirar Sudeco de projeto que prorroga incentivos. A Câmara dos Deputados pode votar nesta semana a proposta que estende até 2028 os incentivos para empresas nas áreas de atuação das Superintendências do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), da Amazônia (Sudam) e do Centro-Oeste (Sudeco). As bancadas estaduais pressionam para a aprovação do texto, mas o governo resiste à inclusão da Sudeco. O projeto (PL 4.416 de 2021) foi aprovado pelos deputados em agosto. No Senado, o texto passou

em setembro com o acréscimo dos incentivos para a Sudeco, que não estava na proposta original. Os benefícios acabariam em 31 dezembro deste ano. Em 2023, o custo estimado é de cerca de R\$ 15 bilhões nas áreas da Sudam e Sudene. Não há estimativa de impacto com a inclusão da Sudeco. Líder do Governo na Câmara interino, o deputado Alencar Santana (PT-SP) afirmou ao Poder360 que a urgência e o mérito do projeto devem ser votados nesta semana e que defenderá a rejeição da mudança feita no Senado. Designado relator da proposta no plenário, o deputado Eduardo Bismarck (PDT-CE) apresentou parecer preliminar contra o texto aprovados pelos senadores para incluir a Sudeco. Fonte: Poder 360